CIDADANIA E DEFESA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 18 I Março-Abril de 2006

Empossе dos Novos Corpos Directivos

AACDN ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Nº 18 I Março-Abril de 2006

Cidadania e Defesa

Boletim Informativo da AACDN
Associação de Auditores dos
Cursos de Defesa Nacional

Praça do Príncipe Real, 23 r/c Dto
1250-184 Lisboa

Tel : 213 465 888
Fax: 213 257 886
E-mail:aacdn.boletim@mail.telepac.pt

visite o nosso site
www.aacdn.pt

Ficha Técnica

Direcção
Dr Abílio Ançã Henriques

Edição
Dr Francisco Marques Fernando

Composição Gráfica
Elisa Pio

Colaboração
Coronel Fradique da Silva

Execução Gráfica
Gráfica Central de Almeirim, Lda
Zona Indústrial, Lote 41 - D
2080-221 Almeirim
Tel : 243 5910555 Fax: 243 597 559
E-mail:geral@gráficaCentral.pt

Tiragem
1 000 Exemplares

Neste número

3 I Editorial

4 I VIII Congresso Nacional da AACDN

8 I Impressões de um Congressista

10 I Viagem à Turquia

12 I União Europeia

14 I Empossе dos novos Corpos Directivos

18 I Defesa Nacional e o Vector Cultural

21 I Ministros da Defesa Nacional

22 I Língua Portuguesa

24 I Acontecimentos e Actualidades

26 I UmDeCadaVez

26 I Novos Sócios

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores

EDITORIAL

Caros Colegas

Com a tomada de posse dos novos orgãos sociais da AACDN, que teve lugar no passado dia 17 de Fevereiro, encerra-se definitivamente um período eleitoral caracterizado por uma intensa participação dos Auditores na vida da nossa Associação.

Por isso, ao assumir a nobre missão de conduzir os destinos da AACDN, cumprimento todos os Associados, em particular os Colegas que participaram de forma activa e positiva no acto eleitoral concluído no passado mês de Janeiro, aos quais a nossa Associação não pode deixar de estar reconhecida, pela sua contribuição para a vitalidade desta Instituição.

O nosso desafio é agora o de dar corpo a um ambicioso programa de actividades, mobilizador das capacidades existentes no seio da nossa Associação, permitindo que esta constitua um pólo de intervenção no debate sobre as grandes opções nacionais em matéria de Segurança e Defesa e de contribuição para a definição das linhas de afirmação geo-estratégica de Portugal.

E como sempre afirmámos nas Bases Programáticas da nossa candidatura, o espaço de debate na nossa Associação será sempre conduzido de forma aberta e plural, em total independência face aos diversos poderes presentes na sociedade, destacando o papel que as Forças Armadas desempenham na vida nacional, na análise daquilo que os Portugueses delas esperam, na importância e no sentido das Missões Internacionais e na justificação e conceptualização de uma política de Defesa partilhada entre Estados.

Ao mesmo tempo, reconhecendo que a temática da Segurança e Defesa, pelo seu carácter transversal na vida das sociedades dos nossos dias, tem cada vez mais de estar presente no quadro das preocupações de todos os cidadãos, entendemos que a nossa Associação, com as valências de que dispõe, os meios de intervenção que tem e o vasto conjunto de especialistas que, ao longo da sua existência, foi angariando, não pode deixar de sentir especiais responsabilidades na divulgação pública da temática da Defesa Nacional, colocando todo o seu saber ao serviço de Portugal.

Neste momento de "passagem de testemunho" é devida uma palavra de elogio e reconhecimento para todos aqueles, e foram muitos, que ao longo de mais de 23 anos, dedicaram o seu esforço e atenção à construção, desenvolvimento e fortalecimento da AACDN, tal como hoje a conhecemos. Uma palavra especial para todos os Colegas da última Direcção, presidida pelo Dr José António Silva e Sousa e da qual me honro de ter feito parte. É habitual dizer-se, nestas circunstâncias, que quem sai fez o seu melhor e que quem entra vem animado de igual espírito de bem servir. Neste caso, a afirmação não é um lugar comum. De facto, nos últimos tempos e sob a direcção do Dr Silva e Sousa, muito se fez na nossa Associação: na dinamização da vida associativa, na angariação de sócios, na estabilização e crescimento financeiro, na proliferação de eventos e iniciativas, na internacionalização, enfim, na consecução dos objectivos da Associação. Tudo evidencia uma grande clareza estratégica, uma inegável dedicação, um empenho invulgar e uma liderança segura. Sou disso testemunho, o que me deixa uma enorme responsabilidade.

A todos os Auditores, renovamos aqui uma palavra de estímulo: Portugal e o Mundo atravessam um período de grandes desafios. No plano nacional, há que reflectir, há que estudar, há que criar, há que agir. Nessa reflexão e nesse trabalho, cabe à sociedade civil tomar iniciativas. Continuamos a afirmar que cada Auditor da Defesa Nacional é uma semente de desenvolvimento de Portugal.

É com esse espírito que iniciamos este mandato e é com essa motivação que aceitámos o desafio de conduzir os destinos da nossa Associação nos próximos dois anos. Definimos como tema de reflexão para este ano de 2006 a epígrafe *Portugal no Século XXI – Tradição e Desenvolvimento* e lançámos o desafio de, em colaboração com outras instituições, criar um *fórum anual de intervenção*, centrado em temas de particular actualidade, transversalidade e importância na vida e defesa nacionais.

Contamos com a participação activa de todos para a construção do Portugal do Século XXI.

Abílio Ançã Henriques

VIII Congresso Nacional da AACDN

O Mar e a Afirmação de Portugal no Mundo Contemporâneo

Portugal foi grande sempre que, ao longo da sua História, assumiu o Mar como desafio estratégico. Portugal tem sido pequeno sempre que, em cada bifurcação civilizacional, se posiciona tendo como horizonte último a Europa

Em 2005, o VIII Congresso decorreu nos Açores, de 30 de Setembro a 5 de Outubro.

Dois significativos grupos de participantes, um partindo do Porto e outro de Lisboa, chegaram à Ilha Terceira, tendo tido a oportunidade de ficarem a conhecer a cidade de Angra do Heroísmo e visitar aquela encantadora ilha. O Ministro da República para os Açores ofereceu um almoço de boas-vindas, num ambiente requintado e amistoso.

A Sessão de Abertura do Congresso teve lugar na Assembleia Regional, sediada na Horta, Faial, no primeiro dia de Outubro. Presidiu ao acto o Ministro da República para os Açores, Dr Laborinho Lúcio. O anfitrião foi o Dr Fernando Meneses, Presidente da Assembleia Legislativa Regional. O Presidente do Governo Regional, Dr Carlos César, marcou presença, bem como o Representante da Comissão Europeia, Dr Tiago Pitta e Cunha. Da mesa fez

parte, naturalmente, o Dr José António da Silva e Sousa, então Presidente da AACDN.

As conferências cobriram um vasto leque de temas importantes e aliciantes: Uma Política Marítima para a Europa; Deus quer, o Homem sonha, a Obra nasce...; As Investigações dos Ecossistemas do Oceano Profundo da Crista Médio-Atlântica; Pesca em Montes Submarinos: Situação Mundial e o Caso dos Açores; Os Açores, Centro Permanente de Estudos Meteorológicos no Atlântico; Investigação Marinha: O Papel dos Açores; A Energia Eólica a Biomassa; o Mar e as Energias Renováveis; Aproveitamento da Energia das Ondas - Central do Pico; A Sismologia e a Prospecção por Satélites; Ambiente e Saúde, um Casamento Estratégico; Responsabilidade Ambiental das Organizações; Portugal Atlântico e Europeu, uma Nova Simbiose; O Sistema Insular de Portugal e a sua Posição Estratégica; A Marinha de Recreio como Vertente de Afirmação Nacional; O Mar e a Museologia; O Mar e as Forças Armadas nos Açores.

Os conferencistas insignes foram muitos: Tiago Pitta e Cunha, Barros Dias, Ricardo Serrão Santos, Helder Silva, Eduardo Britto de Azevedo, Victor Gonçalo, Carlos Alegria, Leão Rodrigues, Balcão Reis, Joaquim Pereira Osório, Silveira Sérgio, Manuela Sarmento, Luís Maia, Passos Palmeira, Orlando Temes de Oliveira, Adriano Beça Gil, António Rodrigues Cabral, Adelino Matos Coelho, Carlos Mimoso e Carvalho.

No dia 2 de Outubro, domingo, o Grupo da AACDN teve oportunidade de visitar a ilha do Pico. O dia terminou com um Jantar de Homenagem da AACDN aos convidados - Sopas do Espírito Santo, com a actuação do Grupo Folclórico do Salão.

Os congressistas e demais presentes foram convidados da Associação de Turismo dos Açores para um almoço regional, a Câmara Municipal da Horta presenteou-nos com um almoço na Pousada do Forte de S. Brás e o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ofereceu o Jantar de Encerramento num prestigiado hotel da cidade.

A manhã do dia 4 de Outubro destinou-se à visita à ilha do Faial e o dia 5 foi agradavelmente preenchido com um magnífico percurso na encantadora ilha de S. Miguel.

Presidiu à Sessão de Encerramento o Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Dr Manuel Lobo Antunes.

O Presidente da Associação proferiu um eloquente discurso, que retratou, com fidelidade, o sucesso deste Congresso da AACDN.

Apresentam-se, de seguida, as conclusões, elaboradas por elementos da Comissão Científica do VIII Congresso:

Nesta hora de crise estrutural para Portugal, é no Povo e não nas suas elites que devemos encontrar o sentido para o

projecto nacional.

No entanto, se a tradição é a base da revolução, importa reter que, se a Pátria são a terra e os mortos, ela é fundamentalmente os vivos, o mar e os ainda não nascidos.

Portugal foi grande sempre que, ao longo da sua História, assumiu o Mar como desafio estratégico. Portugal tem sido pequeno sempre que, em cada bifurcação civilizacional, se posiciona tendo como horizonte último a Europa.

Portugal tem sentido se, hoje, se assumir como realidade espiritual de feição atlântica. O projecto de uma Civilização Lusíada – Civilização do Amor – que teve como intérpretes Santo António de Lisboa, porventura o maior Doutor da Igreja do século XIII, D. Duarte, um dos mais antigos tratadistas da diplomacia, Diogo Homem, Padre António Vieira e Sampaio Bruno, é igualmente a Civilização do Bem, do Belo e do Verdadeiro.

Universalista na sua vocação, Portugal é em todos os locais onde deixámos marcas, perenes, da nossa passagem.

Portugal é, verdadeiramente, onde reside uma comunidade de falantes da Língua Portuguesa.

Destes considerandos advém a pergunta – Será Portugal capaz de pensar nos Oceanos, a longo prazo?

Importa enquadrar os Oceanos numa perspectiva enquadrada.

Importa que haja uma política coordenada e transversal.

Importa que as diferentes estratégias não se oponham entre si. Que não se neutralizem, mas, pelo contrário, que sejam comuns e que falem a mesma linguagem.

Importa, na verdade, um *marketing* estrutural com Autenticidade e Qualidade.

Importa, no fim, colocar o Mar como marca autêntica para Portugal.

Portugal só tem a ganhar com o desenvolvimento de uma política que inclua o Mar – e a Europa com Portugal – porque se o Mar não for para nós uma questão pertinente, em que vertente se encontrará então a nossa pertinência?

Suum quique tribuere – Para a cada um o seu – tem que ser a divisa da Portugalidade renascente. Urge que cada um de nós seja generoso, seja interiormente grande, viva com a austera gravidade dos Romanos da República e seja a um tempo irrepetível e universalista. É hora de todos nós erguermos, cantando e orando, a voz, *Vencendo a triste Sorte! Invisível espectro, além de nós...* (Teixeira de Pascoaes).

Os Oceanos, do nosso crescimento, têm uma importância fundamental nos ciclos vitais do planeta, tendo os mesmos sido perturbados pela explosão demográfica, pelo declínio da biodiversidade, pelo declínio dos transportes marítimos com o consequente aumento da emissão de anidrido carbónico (CO_2).

Em termos marítimos, a área portuguesa da Zona Económica Exclusiva *(ZEE)* é 18 vezes superior à superfície da sua continentalidade. Só para termos como valor comparativo a emergência da sua importância, basta relembrar que esta área é cerca de ½ da plataforma marítima do subcontinente indiano...

No entanto, Portugal valoriza a sua zona costeira em detrimento da zona arquipelágica.

No entanto, Portugal, sendo dos países que mais peixe consome, pesca menos que a província vizinha da Galiza, sendo igualmente escasso os passos dados em matéria de pesquisa.

Portugal, que apresenta parcos recursos terrestres relevantes, tem uma marcada dificuldade em incluir o Mar nas suas políticas, tendo perdido a sua percepção estratégica.

Senão, vejamos!

Portugal tinha uma marinha mercante – considerada gigante para a época passada. Onde está agora ?!... E a sua marinha de recreio?

É que Portugal, sendo um país marítimo, é um dos países com menos embarcações por habitante, verificando-se igualmente que o desenvolvimento daquilo que se devia designar por um *cluster* de grande importância económica, os portos, fonte de expansão para outros pélagos, estão perfeitamente adormecidos.

Por exemplo, e como foi demonstrado, os Açores possuem montes submarinos (subelevações de origem vulcânica) em áreas consideráveis ou de levada densidade, muito ricos em pescado de várias origens. Com um volume de 150-200 mil toneladas-ano, para os quais não temos capacidade de captura, pergunta-se: Para onde vai o pescado? Abastecer quem? Será que temos de nos habituar a uma constante invasão por pesqueiros estrangeiros?

Devido à intensidade de captura, a Universidade dos Açores tem vindo a estudar no sentido de se avaliar como resistem as espécies piscícolas a esta circunstância.

Os Açores fazem parte da dorsal do Atlântico, cuja importância é traduzida pelo desenvolvimento de campos hidrotermais e pelo estudo de organismos que transformam os sulfuretos e o metano – tóxicos biológicos – em formas de vida. Este estudo, que merece grande relevo e que pode vir a ter uma vasto campo para aplicações, coloca a Universidade dos Açores numa plataforma de investigação de ponta, constituindo a mesma, concomitantemente, uma das bases mundiais para o estudo do mar profundo.

Seria interessante efectuar a divulgação destes fenómenos no domínio público, através do desenvolvimento de um turismo – não poluente – do fundo do mar. É que o conhecimento leva à sensibilização e a sensibilização proporciona o existir de um sentimento de defesa desta enorme herança – que é de todos nós.

Os Açores representam um dos pólos de investigação mundial para o estudo da atmosfera, da água e dos sedimentos marinhos – factores que importam considerar no balanço do CO_2 – a par de vários projectos de importância inquestionável para a vida, como o CLIMAAT, o PicoNARE e o GAW *(Global Atmosphere Watch).* Não nos podemos esquecer que os Açores fazem parte da rede mundial de fornecimento de informações meteorológicas.

Ainda nesta matéria de projectos de investigação de ponta, o que nos coloca na primeira fila de países do conhecimento, encontram-se:

O sistema AIS (ainda em expansão), que nos fornece uma informação de localização e de segurança, referente ao tráfego marítimo;

O sistema de estudo de fenómenos precursores de catástrofes naturais por via satélite, para os quais Portugal tem colaborado na sua execução;

O estudo das alterações das marés e da tipologia das ondas.

Todos os aspectos ambientais repercutem-se na Saúde, a qual deve ultrapassar a visão limitada da medicina curativa, para se focalizar igualmente em outros tipos de preocupações, como vertente de defesa nacional, vertente económica e de forte pendor preventivo. Quanto a este último aspecto, regista-se uma crescente preocupação com a deposição de substâncias e de microrganismos tóxicos que, impregnando a cadeia alimentar e a da água, acabam por comprometer a saúde do Homem. A água, esse bem escasso e fonte da vida, constitui igualmente uma fonte de conflito entre os Homens e para com o próprio Homem.

É neste particular que importa que as diferentes empresas assumam a sua quota-parte de responsabilidade naquilo que elas transportam e difundem para o ambiente. Importa que as mesmas respondam e divulguem relatórios sérios acerca do seu próprio circunstancialismo e de quais os meios de que se servem para filtrar e diminuir os impactos ambientais.

Deste modo, justifica-se a abordagem das Energias Renováveis.

O aparecimento das fontes de energia renováveis ocorre por imperativo da redução dos gases, de efeito de estufa, e da diminuição da dependência dos países relativamente ao petróleo.

Na assinatura do tratado de Kyoto, em Agosto de 2001, a Comunidade Europeia lançou o repto de a média europeia atingir os 22% na implementação de centrais renováveis para a produção de energia. Portugal ficava assim obrigado a manter os 37% que já tinha no ano de referência (1997) até ao ano de 2010.

Portugal tinha uma marinha mercante – considerada gigante para a época passada. Onde está agora ?!... E a sua marinha de recreio?

A energia eólica e a da biomassa são apontadas como duas das formas mais importantes que Portugal deve apostar pelos benefícios que daí advêm. Se existem vantagens, paralelamente decorrem os bloqueios. No entanto, a evolução da tecnologia nos últimos anos e o futuro nestes domínios é absorvente e muito rápido. Para além de toda uma panóplia de formas de energias renováveis para a produção de energia, encontra-se o recurso do *Mar como pilar do novo petróleo das gerações futuras – o hidrogénio.* O hidrogénio é um produto renovável e amigo do ambiente que tem utilização, quer como forma de armazenagem de energia, quer como combustível isento de poluição, na propulsão mecânica de transportes – automóveis, navios e aviões.

Apesar de tudo, estas afirmações nãos nos podem deixar de alegrar, pela visualização de um futuro com promessa e mais limpo para Portugal.

Assim saibam as forças políticas interpretar estes ensejos, saindo de um atavismo e de um discurso do desgraçadinho ou subsídio. Assim também saibam interpretar O Mar como desígnio de afirmação de Portugal no Mundo Contemporâneo!

Impressões de um Congressista

Quando me inscrevi nesta iniciativa da AACDN, tinha em vista sobretudo actualizar a minha visão dos Açores, onde não ia há mais de vinte anos. Ao Congresso atribuía menor prioridade, preparando-me para uma participação minimalista, mais como obrigação do que como devoção.

Cedo fui obrigado a alterar as prioridades. O processo de mudança começou em Angra do Heroísmo, com o acolhimento que tivemos pelo Ministro da República para os Açores, que traduziu bem a satisfação que tinha em nos receber e a esperança que depositava no sucesso do nosso Congresso. No dia seguinte, a forma como decorreu a manhã na Horta, com uma brilhante Sessão de Abertura, seguida de duas excelentes palestras, confirmaram o interesse do Congresso e a importância que lhe estava a ser dada pelas mais elevadas instituições políticas e militares açoreanas. Nesta altura já estava definitivamente, sem apelo nem agravo, rendido à excelência do VIII Congresso.

Se tivesse reflectido um pouco, como compete a um auditor que se preze, nunca teria acontecido esta flutuação de prioridades. Tinha obrigação de ter percebido (como os responsáveis pelo Congresso) que a associação do tema do Congresso com os Açores constituía uma mistura de alto potencial energético, produzindo um efeito de inevitável sucesso. Com efeito, a relação entre o mar português e a terra (18 vezes), dá-nos um lugar cimeiro (dos poucos) à escala europeia e um reconhecido protagonismo europeu na área do mar. Nos Açores, considerados isoladamente, aquela relação é muito superior, o que lhe confere um papel predominante, nesta área , no contexto nacional.

O tema, o local escolhido para o Congresso, a forma como decorreu a Sessão e as Conferências de Abertura, aliados à atitude colaborante dos nossos anfitriões, eram suficientes para garantir o sucesso do Congresso, mesmo que os Painéis previstos, que se seguiam, fossem apenas razoáveis. Assim não aconteceu. Os painéis foram muito bem sucedidos e despertaram grande interesse, permitindo manter-se um nível muito elevado em todo o Congresso.

Os três primeiros painéis apresentados, de um conjunto de cinco, tinham carácter científico e tecnológico (este congresso foi o mais científico-tecnológico de sempre): Mar- afirmação do conhecimento em Portugal, Energias Renováveis e Ambiente.

Estas três sessões tiveram como característica comum o terem sido apresentadas por cientistas convidados de renome nacional e alguns de relevância internacional; uns eram auditores, outros açorianos, numa parceria que se revelou de sucesso. Contrariamente ao que sucede muitas vezes com cientistas consagrados, as suas exposições foram preparadas para serem percebidas por não-especialistas. Como tiveram a preocupação de apresentar os resultados práticos das suas investigações, as exposições tornaram-se extremamente fáceis de seguir, interessantes e agradáveis. Ficou também acentuado o interesse que existe nos Açores pelo conhecimento do mar, das energias renováveis e do ambiente, importantes para as suas actividades económicas, nomeadamente da pesca e para um Turismo de qualidade, onde a preservação do ambiente tem hoje um papel relevante.

O quarto painel foi dedicado a comunicações temáticas. As duas primeiras estiveram a cargo de auditores mais jovens que mereceram um elogioso comentário de um congressista, antigo presidente da Associação, referindo que estas intervenções demonstravam que o espírito da Associação ia continuar no futuro. Dentro deste painel houve uma interessante exposição sobre o Museu da Marinha, que a Associação já visitara este ano e onde se apresentou o conceito de museu actual.

O último painel, dedicado ao mar e às Forças Armadas nos Açores, foi apresentado pelas mais altas entidades militares dos Açores, nomeadamente o Comandante Operacional dos Açores, como moderador, e os Comandantes de cada um dos ramos, que nos transmitiram cuidadas e bem preparadas exposições sobre a situação, missão e perspectivas de cada um dos ramos nos Açores, bem como da sua cooperação com as entidades civis no arquipélago.

Seguiram-se as conclusões do congresso, publicadas neste número do Boletim, que me pareceram traduzir bem o que se passou no Congresso e apresentam propostas dele decorrentes.

A Sessão de Encerramento, presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, terminou com um discurso do Presidente da Associação que, com alguma emoção, referiu que a forma como decorreu este Congresso lhe fazia proclamar o seu "orgulho por ser auditor" . Mais adiante indicou que o "Congresso não podia ser considerado como um fim, mas antes como um princípio".

Uma referência à parte social e visitas que fizemos paralelamente ao Congresso e que nos permitiram tomar contacto com a faceta paradisíaca dos Açores, tanto no aspecto de belezas naturais, que nos Açores não faltam, como no aspecto gastronómico, visto que fomos brindados com os mais deliciosos pratos da Cozinha tradicional açoriana, nas inúmeras refeições que nos foram oferecidas pelos nossos generosos anfitriões, em que

cada uma era melhor que a anterior. (Para mim, o arroz de mero foi uma surpresa, entre outras).

Claro que esta parte social e turística correu muito bem. Corre sempre assim, pois é altamente gratificante participar uma refeição com auditores, onde é inevitável surgir uma conversa interessante e animada, dado o pluriculturalismo dos auditores.

Ninguém duvida que na base do nível e interesse de que o VIII Congresso se revestiu, está um inteligente, dedicado e eficaz trabalho de preparação, que incluiu o tema, a escolha do local, o contacto com as entidades locais, a escolha dos conferencistas, a coordenação dos apoios e o acompanhamento permanente da execução.

A vasta equipa envolvida merece os nossos agradecimentos pela forma como planeou, organizou e acompanhou este Congresso e as actividades que o rodearam.

As notas dissonantes que houve foram poucas e pouco significativas. A SATA atrasou-se e o IDN, em meu entender, não deu a este Congresso a importância que merecia, possivelmente por ter tido um erro de perspectiva semelhante ao que cometi.

Depois de ter participado em quase todos os Congressos da Associação (não assisti a um), este Congresso foi, em meu entender, o melhor a que assisti, sobretudo pela natureza do tema, local onde foi realizado, forma notável como foram tratados os subtemas, repercussões, colaboração local que suscitou e interesse com que foi acompanhado por auditores e acompanhantes.

Penso que o nosso Presidente, Dr Silva e Sousa, tinha razão mais que suficiente para, face a este excelente trabalho da sua equipa, proclamar o seu orgulho de ser auditor. Só espero que continue a tê-la quando diz que este Congresso é um princípio. Para um militar como eu é muito gratificante verificar que se irá preparar uma não menos brilhante Operação de Exploração do Sucesso que prolongará os efeitos desta notável e prestigiante realização da Associação. Sugiro que se comece por publicar, com brevidade, o Caderno com as comunicações deste Congresso, o que nem sempre em anos anteriores tem sucedido, porque, como sabem os homens de Cavalaria, a Exploração do Sucesso tem de ser rápida para ser eficaz.

MajGeneral Pedroso de Lima

M.F.

Viagem à Turquia

Organizada pela AACDN, decorreu entre os dias 21 e 31 de Julho a Viagem à Turquia que constituiu um assinalável êxito, tendo mesmo ultrapassado as expectativas mais optimistas. Para isso concorreu, sem dúvida, a integração na comitiva do Presidente e de vários membros da Direcção da AACDN e da Directora Comercial, Teresa Begonha da Agências de Viagens Beloura que se mantiveram atentos e resolveram, com prontidão e sem alaridos, os "imprevistos" que sempre se verificam na execução do programa previamente estabelecido. Importante para o êxito foi, também, a Guia que, falando português com grande desenvoltura, se mostrou sempre muito disponível para esclarecer dúvidas e conhecedora dos "terrenos" que se foram pisando!

Ao revelar a minha opinião pessoal, quero enfatizar a oportunidade da Viagem, uma vez que o comportamento da Turquia, sendo um "híbrido" europeu-asiático, se mantém como uma incógnita dos pontos de vista político, social, económico e cultural, numa altura em que na Europa, alargada a 25, se debatem as consequências e os impactOs que poderão resultar da sua adesão à União Europeia, como membro de pleno direito. Embora não tenha sido possível recolher informações suficientes para o esclarecimento das dúvidas, que permanecem ou mesmo se ampliaram, foram suscitadas algumas respostas, através da observação do "ambiente", e recolhidos elementos que permitem satisfazer algumas curiosidades e entrar um pouco mais a fundo no estudo das razões históricas que podem explicar o interesse da entrada plena da Turquia na União Europeia.

A Turquia é um país com cerca de 70 milhões de habitantes a que se devem adicionar mais cinco milhões de emigrantes na Alemanha. A economia está a crescer a uma taxa muito elevada (cerca de 10% ao ano). Para além da agricultura, a indústria está a desenvolver-se a um ritmo muito intenso, porque a Turquia dispõe de matérias primas e de uma mão de obra muito barata, embora ainda pouco qualificada. Quanto à agricultura, foram avistados ao longo das estradas campos de

laranjeiras, figueiras, cerejeiras e damasqueiros devidamente plantados e alinhados, verificada a produção de uma grande variedade de legumes, servidos às refeições, e de especiarias à venda nos mercados e, dado que as colheitas de cereais já tinham sido realizadas, foi possível observar grandes filas de tractores transportando trigo para armazenamento em silos. Como exemplo da capacidade industrial as estatísticas apresentam a Turquia como o 13º produtor mundial de aço com uma produção,em 2003, de 18,3 milhões de toneladas, valor inferior ao da França (11º), mas muito próximo, e acima do da Espanha (14º), do Canadá (15º) e da Inglaterra (17º). As previsões apontam para uma subida para a 7ª posição do *ranking* mundial num prazo relativamente curto. O consumo de aço na Turquia ascendia em 2003 a 15,2 milhões de toneladas, o que revela uma indústria transformadora muito interessante. A Turquia é ainda um dos maiores produtores mundiais de algodão e dispõe, por isso, de uma indústria têxtil de grande envergadura que contribui fortemente para a exportação.

Como país turístico, a Turquia dispõe de uma muito elevada oferta de zonas balneares frequentadas por cidadãos europeus.

A Turquia está já muito ocidentalizada e próxima da UE, pelo que os preços são, para a maior parte dos bens e serviços, apresentados em euros em vez de em liras turcas. Os pagamentos podem ser feitos por cartões de débito e crédito.

Monumentalidade

Tudo quanto nos foi proporcionado visitar é importante quando relacionado com a história antiga e actual de uma região que pode ser considerada como incorporando uma civilização pré-clássica ainda anterior à civilização egípcia. Se são de citar pela sua grandiosidade as mesquitas, as igrejas, os museus e os palácios, devem ser relevadas todas aquelas "obras de arte" que, construídas nas rochas e integrando-se no ambiente natural, eram certamente fáceis de camuflar, não deixando, porém, de representar uma cultura (hitita) que, ao longo de milénios (pelo menos desde o 30º século Antes de Cristo), ocupou toda a vasta área que engloba a Anatólia, Grécia, Balkans e Europa Ocidental.

A região da Capadócia, para além da sua impressionante beleza natural, parece ter sido habitada depois do arrefecimento das lavas de uma erupção vulcânica ocorrida há milhões de anos, que terá resguardado da erosão os grés siliciosos consolidados pré-existentes. Com efeito, apesar da erosão eólica, hidráulica e glaciar muito intensa que actualmente se verifica, as "chaminés de fada" vão-se mantendo, graças à sucessão de camadas de grés de características mecânicas diferenciadas e à cobertura, de pequena espessura, de uma rocha vulcânica (tufo vulcânico?). Os templos, com as suas figuras pintadas e em muitos casos bem conservadas, representam uma capacidade de execução notável, apesar da dificuldade de escavação, pela falta de ferramentas, e da difícil aquisição de pigmentos e de instrumentos de desenho e de pintura.

O que dizer das cidades subterrâneas, esconderijos contra ataques por razões religiosas? A sua localização,

concepção e reunião de meios de sobrevivência representam, para além de um conjunto de conhecimentos científicos e estratégicos, uma concepção arquitectónica que garantia a manutenção dos espaços vazios suportados por "pilares abandonados", a circulação de ar, os esgotos, o abastecimento de água e os locais necessários às actividades económicas.

Impressionante também, pela sua beleza natural única e como um *case study*, a visita a Pamukkale (Castelo de Algodão). Para além da necrópole (mais de 3000 sepulturas) e da acrópole romanas de grande dimensão (património da UNESCO ainda em recuperação), a brancura do jazigo calcário e a escorrência de água, proveniente de cavernas abertas pela circulação de água nos calcários, situados a montante (estrutura *karstica*), constituem uma beleza impressionante e permitem assistir em "tempo real" à formação de *ripple marks* (marcas de ondulação), deposição de carbonato de cálcio e à formação e crescimento de esférulas que promovem o espessamento (estalagmites) dos degraus artificialmente criados para que a queda da água permita as *nuances* de cor visíveis ao nascer e ao pôr do sol.

Turismo

É já uma actividade económica importante, mas não é difícil admitir que venha a tornar-se como um factor de progresso de grande significado para a Turquia, quando esta vier a constituir-se como um membro de pleno direito da União Europeia e entre em paz interna, assimilando ou dando independência aos Curdos. A ligação ao mar e a sua importância estratégica permitirão tornar apetecível o desenvolvimento de estruturas turísticas e um turismo cultural de grande envergadura e significado. A oferta da observação e do estudo das civilizações pré-clássicas, aliadas ao lazer, possui grande potencialidade e vai, em nosso entender, tornar-se concorrencial com o que é oferecido noutras regiões, nomeadamente na América do Sul.

Prof Eng Horácio Maia e Costa

Questões políticas não resolvidas

União Europeia

Posições federais vs posições intergovernamentais

Uma outra questão, na minha opinião insuficientemente discutida junto da opinião pública, e mesmo nos corredores da política, é a velha luta de pelo menos 50 anos, entre as pessoas que defendem um Modelo Federal para a Europa e as que defendem um Modelo de Cooperação Intergovernamental.

Estas são as duas grandes balizas da discussão de fundo (Poder dos Estados e sua distribuição), embora no seu intervalo existam posições intermédias.

Se quiser simplificar muito a questão, diria que a um Modelo Intergovernamental corresponde um mecanismo de decisão por unanimidade, ou por maioria, consoante tenha sido previamente combinado entre os Estados, para cada matéria, e que a cada país cabe um voto.

São os Governos, em conjunto, através dos seus representantes, que decidem das matérias que quiserem discutir entre eles. Logo, é um modelo que implica uma negociação permanente entre os Estados. Na pureza do conceito é assim. Um bom exemplo disso mesmo é a NATO.

E diria, também, que a um Modelo Federal corresponde um mecanismo de decisão, supranacional, o que implica a constituição de um Governo independente dos Estados; órgão que decide por mecanismos próprios e característicos dos Estados Soberanos e que depende do modelo constitucional seguido e construído para o efeito.

O Centro de Poder mais importante é um Governo Central Federal coadjuvado, em algumas matérias definidas nas leis da federação, por Governos dos Estados Federados. Um bom exemplo deste modelo são os Estados Unidos da América.

As gerações, que atravessaram as guerras, queriam compreensivelmente chegar a uma plataforma de entendimento, no continente, que permitisse alcançar uma situação de paz perene.

Por isso, percebe-se que nalguns casos o medo de não se conseguir esse objectivo levou algumas dessas pessoas a tentarem encontrar um "remédio" que fosse definitivo para a situação europeia – e, entre outros "remédios", a Federação aparecia-lhes como uma entidade que, por ser supranacional, não permitiria a existência de conflitos, já que o seu poder se exerceria perante todos os integrantes.

Noutros casos, as pessoas, desejando a paz, acharam que não se podia destruir séculos de história de formação de nacionalidades, de Estados independentes, em prol de uma entidade terceira. Tinham medo de poder haver convulsões sérias que pusessem em perigo o equilíbrio necessário entre os países e que isso acabasse com a paz. Preferiam, portanto, defender um outro modelo – o da cooperação permanente inter-governos, através de uma entidade onde todos tivessem assento.

Ainda outros, mais próximos da linha federalista, mas percebendo que as coisas não podem, ou não devem, andar muito depressa, sobretudo em matérias tão sensíveis como as questões dos símbolos nacionais e das soberanias, preferiram seguir a via de uma integração progressiva, sector a sector, esperando que surgisse o fenómeno do *spillover*. Isto é, que a integração, sector a sector, fosse empurrando a Europa para uma União que integrasse cada vez mais sectores, até acabar numa União Federal.

São os neofuncionalistas, inspirados por um Jean Monnet da segunda fase, que têm influenciado todo o processo de construção europeia, desde há 50 anos para cá. Recorde-se que, por exemplo, Jean Monnet começou por defender a Federação a todo o custo e acabou por defender a Federação a prazo mais dilatado, através da integração por sectores.

Por uma questão de rigor, passo, em seguida, a descrever as abordagens mais comuns a este tema, da natureza e do modelo de que se deve revestir a construção europeia.

Basicamente, existem quatro abordagens teóricas, em termos de modelo:

A abordagem pluralista – A Europa das Pátrias, a Europa da Cooperação Intergovernamental;

A abordagem funcionalista – que defende que as relações técnicas e económicas levarão os Estados a cooperar mais estreitamente;

A abordagem neofuncionalista – que diz que a dimensão meramente técnica e económica é redutora, ou insuficiente, e que a construção europeia exige uma dimensão política;

A abordagem federalista – que defende a constituição formal de uma federação de Estados, governada por órgãos centrais, supranacionais.

Em primeiro lugar, creio que o pecado original desta discussão, não no seio dos fundadores, mas nos seus "herdeiros", é a mistura que se faz entre os temas sociais, económicos e políticos. Adopta-se mentalmente um modelo e esse torna-se geral para todas os segmentos da vida em comunidade.

A solução que defendem para um dos campos, defendam-na para os outros todos. Ora, se existe um entendimento, quase generalizado, pelo menos enquanto não surgir a tal crise, de que a integração, leia-se federação, económica e financeira é uma boa ideia, por que não assumi-la sem arrastar outros segmentos da vida em sociedade?

Se quisermos extrapolar esse modelo de organização, de carácter economico-financeiro, para outros âmbitos, a questão já não é tão pacífica, ao menos nos países onde este tema é abertamente discutido.

E não o é por várias razões; desde logo aquí aponto algumas:

Culturais – na Europa, região geográfica, existem vários povos com gostos diferentes, línguas distintas, registos históricos particulares, formas de expressão de sentimentos nacionais próprias, etc.

Políticas – os interesses, em matéria de segurança e de defesa, são, na maior parte dos casos, divergentes (veja-se o caso do reconhecimento unilateral, por parte da Alemanha – sem qualquer consulta aos restantes Governos dos Estados da União Europeia – da independência da Croácia, o qual provocou uma guerra no interior da ex-Jugoslávia, que levou ao seu desmembramento e à morte de milhares de pessoas) e as alianças, no âmbito da política externa, têm sido estruturadas de acordo com os interesses particulares e legítimos de cada país; igualmente, a política real de vistos, de concessão de nacionalidade e outros continuam a ser consoante os interesses de cada Estado, embora os Tratados prevejam a unificação das normas.

Sociais – nos vários Estados, as regalias e níveis de vida são diferentes, os graus de desenvolvimento distintos, as formas de protecção na saúde, à família, ao desemprego, à reforma estão construídas e são executadas de acordo com as filosofias e as posses de cada Estado; igualmente o são os incentivos ao estudo e investigação individuais diferenciados, etc.

Se nas questões económico-financeiras as questões têm sido mais ou menos pacíficas e a adopção de uma entidade central de supervisão e outra de controlo dessas questões não tem levantado grandes e graves protestos, o mesmo se poderá dizer das outras matérias, se se avançar na redução do núcleo duro das soberanias dos Estados Nacionais?

Jean Monnet começou por defender a Federação a todo o custo e acabou por defender a Federação a prazo mais dilatado, através da integração por sectores

Penso que existe alguma falta de humildade intelectual nalgumas pessoas, do meio académico e político, e uma falta, perigosa, de realismo.

O presente projecto de "Constituição Europeia" é, na minha opinião, mais um passo, (quiçá decisivo) na construção do Modelo Federal. Pretende ser uma Constituição por de cima das Constituições nacionais. Isto é, mais importante que as Constituições votadas e aprovadas em cada país membro. Ou seja, pretende que as Constituições nacionais sejam subordinadas da Europeia.

As comunidades nacionais passaram milhares de anos a tentar adquirir a sua autonomia e independência. A sua capacidade de se autogovernarem. E de repente encontram-se perante um modelo de Poder Central Europeu que pretende fazer retroceder em toda a linha essa autonomia, essa independência.

É isto que está em causa no próximo referendo, que espero venha a ser realizado. Seria bom que os Partidos PSD e PS não se atrevessem a dar o dito por não dito. É que desta vez está em causa a discussão, não de uma questão conjuntural, mas sim de uma questão decisiva para a vida das Nações, membros da União.

Será que a classe política está consciente da gravidade do que se está a preparar? Percebem o que realmente se está agora a discutir?

Quererá levar por diante a aprovação da "Constituição Europeia" sem a aprovação esclarecida da população portuguesa? Com que autoridade?

É que o argumento falso de que não há alternativa é isso mesmo: falso

A maioria dos países da União não faz parte do Acordo de Schengen e daí não me consta que nenhum tenha sido expulso da União!

Grande parte dos países não aderiu ao Euro e, que me conste, nenhum foi expulso ou saíu da União!

Sem o esclarecimento da população e sua expressa autorização, em referendo, nenhum Governo de nenhum partido está autorizado a ratificar o presente Projecto de Constituição Europeia.

Referendo que permitirá a todos os Portugueses expressarem as suas opiniões, estabelecendo o contraditório.

A partir daí se verão os resultados que, então, serão respeitados.

Miguel Mattos Chaves, Mestre em Estudos Europeus pela Universidade Católica

Emposs
dos n

Corpos

No passado dia 17 de Fevereir
que decorreu no Instituto da D
o então Presidente da Mesa d
empossou os novos Corpos S
Acabada a assembleia geral, s
que foi presidida pelo Secretár
e Assuntos do Mar, Dr Manuel
Ao Serviço de Portugal
foi o lema da candidatura da li
ora transformado no objectivo

se

ovos

Directivos

ro, em assembleia geral ordinária,
efesa Nacional,
a Assembleia Geral, Dom Duarte de Bragança,
Sociais para o biénio de 2006-2007.
seguiu-se a cerimónia pública da tomada de posse,
rio de Estado da Defesa Nacional
Lobo Antunes.

sta C,
dos novos corpos sociais, que se referem de seguida

Assembleia Geral

Silva e Sousa

Laplaine Guimarãis

Vilar Ribeiro

Direcção

Ançã Henriques

Silveira Sérgio

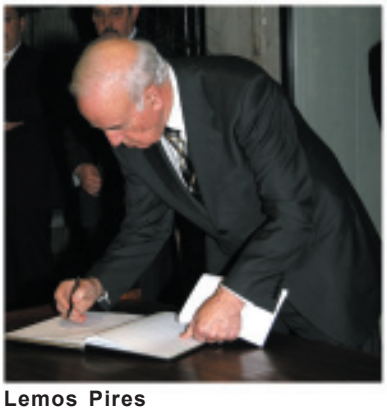
Silva Monteiro

Maria José Rebocho

Silva Pereira

Isilda Monteiro

Conselho Fiscal


Lemos Pires

Ernesto Vieira

Maria Armanda Miranda

Paes de Villas-Boas

Aires Francisco

Maria do Rosário Penedos

Dorinda Gomes

Brígida Mocho

Marques Fernando

Rui Trindade

Isabel Guerra

Campos Neves

Defesa Nacional e o Vector Cultural

A valorização das actividades humanas tem vindo a desencadear uma mudança de atitude na mentalidade das sociedades contemporâneas, motivada pela necessidade de preservação da memória e da identidade. Por razões de raridade, antiguidade, beleza, fragilidade, originalidade e a necessidade de guardar memória se foram ordenando e preservando objectos, cujo significado histórico ou político suscitaram o interesse da sua recolha.

Os índices desta preocupação são múltiplos e manifestam-se em campos bastante diversificados da actividade humana, incidindo com mais precisão na produção artística e técnica mas abrangendo também a preservação arquitectónica, ambiental e aspectos do quotidiano tanto nos núcleos urbanos, campesinos ou mesmo naturais.

A industrialização da sociedade contemporânea, regendo-se principalmente por parâmetros económicos, confronta-se com a massificação do consumo, procurando no seu seio a explicação do actual estado de desenvolvi-

Museu Condes Castro Guimarães, cujo Conservador é o autor deste artigo

mento, contribuindo, assim, para reequacionar o passado recente numa óptica de encontro com a sua identidade.

Ao avaliar o seu passado, a sociedade constrói a sua auto-imagem fundamentando-se numa reorganização selectiva dos acontecimentos que acaba por constituir a sua imagem no presente. Neste sentido, a imagem do passado apresenta-se maleável e flexível à medida que a sociedade vai atribuindo maior ou menor grau de importância a alguns acontecimentos, enquanto outros são relegados para planos secundários ou mesmo ignorados.

Ao longo da História, a produção artística tem sido um elo importante da identidade de um determinado grupo humano, ao mesmo tempo que se apresenta para aquele universo como um reflexo do conceito dilatado de Cultura.

Na actualidade, o factor cultural cada vez mais é assumido como um fenómeno de significativa importância não só por questões sociais, em parte resultantes da cultura de lazer das sociedades, desencadeada a partir da segunda metade do século XX, como também a ele se colocam sérios desafios devidos à massificação da informação e ao nivelamento do gosto. Está em causa a sobrevivência de culturas menos conhecidas que serão certamente eclipsadas por outras que se apresentam aparentemente mais atractivas e com poderosos meios disponíveis para a sua divulgação.

De uma forma geral, este processo constitui em si uma ameaça que acaba por ser passível pela reacção à aculturação, mesmo que ela ofereça benefícios civilizacionais. "Numa concepção global e integrada do conceito de Defesa Nacional o vector cultural é uma das suas componentes fundamentais"[1]. O plano do vector cultural, definido à partida pela actividade humana cognitiva com aspectos produtivos singulares que se distanciam da produtividade económica e de sobrevivência diária acabam por ser mensuráveis pelo património cultural.

Abordar a temática da Cultura, no contexto da Defesa Nacional em si, é uma tarefa não isenta de dificuldades, tanto mais que Cultura e Defesa são, por tradição contemporânea, duas faces da mesma moeda. Dito por outras palavras, duas concepções diferentes de abordagem do mundo e das relações entre grupos humanos de uma sociedade. De facto, o fenómeno cultural ao longo da modernidade tem sido quase em exclusivo um nicho privilegiado do sector intelectual da sociedade, o mesmo de onde surgem as teorias mais anti-militares e pacifistas; por outro lado, o sector relacionado com a Defesa, que por tradição é racional, olha sempre com incómodo a ingenuidade do outro grupo. Neste contexto assenta a dificuldade de falar de Defesa e de Cultura.

Porém, tentando ver mais além o problema, o mundo contemporâneo de influência unipolar marcado por uma globalização, que cada vez se assume mais vincada, desencadeou uma diversidade de novos problemas e desafios, nomeadamente uma nova noção de ameaça cultural.

O conceito de ameaça constitui a base de partida para o planeamento da concepção estratégica, tanto no plano militar como noutros sectores da vida nacional. São de facto as ameaças que justificam a tomada de medidas, tanto de Defesa como cautelares, que o colectivo nacional deve tomar em consideração. Há, no entanto, que distinguir diversos níveis de ameaça que se desenham no horizonte, das quais as que visam a Defesa e que se movem aos níveis da influência e espaço de manobra da política económica e diplomática, com o fim de que esses interesses fiquem incólumes às ameaças.

É dentro deste grupo que podemos situar ameaças relativas ao sector cultural, muitas vezes voláteis e difíceis de distinguir e com consequências que somente ao fim de anos são visíveis.

É difícil à partida caracterizar numa ideia e em tão limitado espaço o fenómeno cultural português. Ao que parece, esse tem sido o grande desafio deste povo ibérico ao longo de séculos e será nesta óptica que teremos de reflectir sobre os fenómenos de crise de identidade do povo português que têm ocorrido ao longo da nossa história e que por várias vicissitudes sempre soubemos ultrapassar.

O diálogo instável entre os vários núcleos sociais de identidade nacional, materializados nas classes sociais,

> … tudo o que nos é apresentado se pauta pela matriz de pensamento anglo-saxónico em que americanos e ingleses se assumem praticamente como criadores do mundo existente, num equilíbrio somente disputado pelas culturas da Antiguidade Clássica

nas profissões e nas elites intelectuais e políticas, levou a que ao longo do tempo se tenham posicionado de formas diferentes, em conformidade com os seus interesses e com as mudanças de cenários políticos. Foi neste mecanismo de coesão social que, solidificando laços ou tecendo distanciamentos, se reflectiram as várias etapas do estado mental do país e da sua projecção interna e externa em relação a outras culturas[2].

Mesmo apesar da sucessão de crises e impacto de algumas convulsões políticas, a coesão nacional, social e cultural dos portugueses sempre foi salvaguardada ao longo do tempo.

Nos últimos trinta anos, a identidade cultural portuguesa tem assumido uma profunda transformação de mentalidade, assente principalmente nas radicais e rápidas alterações políticas. A necessidade de reafirmação da identidade nacional decorre do nosso regresso à Europa originária, que a adesão às comunidades consumou.

No labirinto da identidade portuguesa, a sucessão de crises compreende em si a busca de novas saídas que, apesar de por vezes bem sucedidas, logo se tornam noutros

A Cultura acaba por constituir a base fundamental daquilo que muitos designam de identidade e assim tem que ser assumida como uma questão crucial de vida ou de morte para qualquer país...

enleios, numa procura errante de novos caminhos. Cumprindo um ciclo de eterno retorno, Portugal encontra-se hoje praticamente reduzido à mesma dimensão territorial que possuía durante o segundo quartel do século XV (excluindo Ceuta) e o único caminho a seguir parece ser o de procurar à sua custa, sem saudade de si mas em si mesmo, a sua identidade.

Com efeito, os valores das novas gerações são cada vez mais inspirados pela culturas "atractivas" externas, às quais o seu acesso é facilitado pelos variados sectores de mercado destinado aos jovens e pela oferta cada vez mais irresistível de um mundo globalizado e nivelado a duvidosos valores de base.

A rotura das novas gerações com o passado não é de facto um fenómeno novo na cultura das sociedades ocidentais onde se enquadra a sociedade portuguesa. De alguma forma, ao longo da segunda metade do século XX, assistimos à absorção, considerada saudável, de influências francofonas ou anglo-saxónicas dos mais diversos quadrantes; porém, nunca antes o desequilíbrio pareceu tão acentuado como no presente.

Aparentemente, a reacção a este panorama parece tardar, ou seja, apesar dos esforços isolados de alguns sectores, os factores determinantes para a alteração do sistema teimam em permanecer inalteráveis. As causas,

Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão (acervo do museu Condes Castro Guimarães)

variadas e profundas, relacionam-se sobretudo com a adopção de políticas de investimento cultural que promovem o diálogo entre culturas, mas sem abdicar de princípios de Estado fundamentais.

A impotência no controlo do mercado na oferta de alternativas atractivas e o desinteresse pelos mais elementares direitos de soberania cultural são apenas alguns exemplos que podemos enumerar e que acabam por se reflectir em largas camadas da população.

Neste capítulo, a preponderância dos meios audiovisuais anglo-saxónicos é um exemplo a reter. A visão comercial aliada a técnicas inventivas de apresentação de uma ampla gama de assuntos que cobrem aspectos sociais, políticos, económicos, culturais, científicos, etc, são sem dúvida os produtos mais consumidos em Portugal. Praticamente tudo o que nos é apresentado se pauta pela matriz de pensamento anglo-saxónico em que americanos e ingleses se assumem praticamente como criadores do mundo existente, num equilíbrio somente disputado pelas culturas da Antiguidade Clássica. Nesta óptica de pensamento, verificamos com frequência que os factos, acontecimentos e invenções são geralmente seu atributo exclusivo e, quando não é possível tornear a verdade, todo o resto é relegado para a amalgama genérica de europeus, asiáticos, africanos, etc.

Por vezes somos confrontados com o facto de, em diversas matérias, Portugal aparecer omisso ao nível dos grandes marcos de referência internacional, implicando neste âmbito que quem não tem referências logicamente não existe. Este fenómeno de manipulação indirecta cria um ciclo vicioso porque é usualmente pelas vias exteriores que procuramos referências a nosso respeito, o que leva porventura a sermos obrigados a concluir que, em determinada matéria, a nossa cultura não oferece resposta condigna comparável a outros países. Neste plano, a responsabilidade não reside nas fontes de informação estrangeira, mas sim à falha e à falta de um sentido estratégico de investigação e da sua divulgação exterior da nossa Cultura.

O fenómeno cultural pode, assim, transformar-se num dos últimos santuários da sobrevivência de um grupo humano na sua luta pela individualidade, mesmo que este não possua o seu espaço geográfico vital.

A Cultura acaba por constituir a base fundamental daquilo que muitos designam de identidade e assim tem que ser assumida como uma questão crucial de vida ou de morte para qualquer país, tanto em períodos de crise como de estabilidade, devendo essa discussão manter-se sempre aberta, pois o esforço de conservação de preservação cultural será o primeiro direito de um grupo social, de um povo, de um estado-nação.

Rui Trindade

---

[1] **Teixeira , Nuno Severiano**. "Defesa do Património Cultural" .*in Seminário Defesa e Património Cultural*. Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional. Caderno 5 . Lisboa, 1995. p.7.

[1] **Seabra, José Augusto**. "Identidade Cultural. Um Personalismo Universal" *in Nação e Defesa*. nº53 – Janeiro-Março. Instituto de Defesa Nacional. Lisboa, 1990. pp.89-102.

Ministros da Defesa Nacional dos Governos Constitucionais pós-25 de Abril

Sendo a AACDN uma associação que tem como fins, entre outros, "participar activamente na definição e difusão de conceitos doutrinários e realizar estudos no âmbito da Segurança e da Defesa Nacional" faz todo o sentido que se conheçam melhor os Ministros da Defesa e as suas linhas mestras de pensamento e acção.
Inicia-se, assim, esta secção com o General Mário Firmino Miguel.

Mário Firmino Miguel

(I, II e III Governos Constitucionais)

Nome: Mário Firmino Miguel
Data de nascimento: 11 de Março de 1932
Naturalidade: freguesia de Santa Maria, concelho de Sintra
Pai: João Francisco Miguel
Mãe: Domingas da Conceição Firmino
Número de filhos: 2
Data de falecimento: 9 de Fevereiro de 1991

Dados Biográficos

Mário Firmino Miguel está ligado a alguns dos acontecimentos mais importantes da história contemporânea de Portugal, constando na galeria dos ex-titulares de cargos tão importantes como o de Ministro da Defesa Nacional (MDN) e de Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

Firmino Miguel iniciou a sua carreira militar em 1950, ano em que ingressou na Escola do Exército. Foi o melhor classificado entre os 58 camaradas do curso de Infantaria e entre todos os alunos que terminaram o tirocínio, em 1954.

O General Belchior Vieira, numa alocução proferida na EPI, em 1992, distinguiu os três grandes ciclos que marcaram a carreira militar de Firmino Miguel: os de "oficial de Infantaria", de "oficial de Estado-Maior" e de "oficial General".

Enquanto "oficial de Infantaria", Firmino Miguel começou por chefiar uma Secção de Operações nas Manobras de Santa Margarida, durante os meses de Setembro e Outubro de 1954. Partiu, em 1956, para uma primeira comissão de serviço na Índia Portuguesa, onde permaneceu até 1958. Seguiu-se-lhe uma comissão de serviço em Angola, entre 1961 e 1963.

Já no segundo ciclo, o de "oficial de Estado-Maior", Firmino Miguel revelou o seu carácter de oficial excepcional, ao obter a rara classificação de *Distinto,* no seu curso de Estado-Maior. Entre 1966 e 1970 foi adjunto da Repartição do Gabinete do CEME e, por acumulação, professor no Instituto dos Altos Estudos Militares (IAEM). Em 1970, foi nomeado Chefe da Repartição de Operações do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, cujo cargo exerceu até 1972. Entretanto, em 1971, foi promovido, por distinção, a Tenente-Coronel. De regresso a Portugal, em 1972, foi novamente Adjunto da Repartição do Gabinete do CEME e, novamente, professor dos cursos de Estado-Maior, no IAEM.

Entre 1973 e 1974 frequentou o Curso Superior da Escola de Guerra de Paris, que teve de interromper para exercer a função de MDN dos I e II Governos Provisórios, de 1974. Na sequência da crise Palma Carlos, pediu a demissão do cargo, regressando a Angola para mais uma comissão, desta vez como Chefe da Repartição de Logística do Quartel-General da Região Militar de Angola. Em 1976, foi Adjunto do CEME e promovido a Coronel. Integrou, como MDN, os I, II e III Governos Constitucionais (1976-1978).

Em 1979, já fora das lides políticas, foi promovido a Brigadeiro, dando-se assim início ao ciclo de "oficial General". Foi professor do Curso Superior de Comando e Direcção e Director do Curso Geral de Comando e Estado-Maior. Em 1980, foi promovido a General e nomeado Director da Arma de Infantaria, cujo cargo exerceu até 1981. Foi depois Comandante da Região Militar do Sul e, em 1982, passou a Ajudante-General do Exército. Entre 1984 e 1987 foi Vice-CEME e CEME interino. Em 9 de Janeiro de 1987, foi promovido a CEME. Faleceu em 9 de Fevereiro de 1991, em pleno exercício de funções, vítima de um acidente de viação. Mereceu um louvor póstumo do MDN da altura, Dr. Fernando Nogueira.

Principais medidas enquanto MDN

Durante os Governos Constitucionais, Firmino Miguel participou, legalmente, na extinção e ampliação de algumas unidades de servidão militar (em prol da restruturação veiculada na altura), na desafectação de alguns monumentos do domínio público militar situados em Macau, na criação do Conselho Superior de Educação Física e Desportos, no estabelecimento da composição da Comissão Consultiva de Estatística do MDN, na criação da Comissão Permanente de Coordenação da Indústria da Defesa, na constituição de uma delegação portuguesa para o *Planning Board for Ocean Shiping* (organismo civil da NATO responsável pelo planeamento do controlo e operação da navegação mercante).

Firmino Miguel nomeou um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de Lei de Defesa Nacional. Esta não chegou a ser apresentada na Assembleia de República porque, entretanto, o governo caíra.

Alferes Ana Dias,
Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP
e Redactora do *Jornal do Exército*

Língua Portuguesa

Espaço da Lusofonia e vínculo de Defesa Nacional

Entre os elementos que contribuem para a definição de um estado e de uma identidade nacional, a língua é um dos que melhor singularizam uma personalidade colectiva. Na língua oficial de um país são abarcados muitos outros aspectos da sua existência, consistindo, desde logo, no traço de união de uma comunidade linguística, a dos seus falantes, e incorporada na cultura dominante de um país, expressa nas mais variadas formas da existência colectiva, desde a conversação diária e informal, que possibilita o entendimento entre as pessoas, até formas sublimes dessa comunicação, nomeadamente as que a literatura consigna. A língua é, pois, um elemento de forte coesão numa comunidade humana, estabelecendo delimitações geografico-culturais, que vão muito além das fronteiras físicas e dos dados verificáveis, do falar/ escrever, pois nela convergem elementos definidores daquilo que se designa por "alma colectiva". Quando se fala na "língua de Camões" para referir o Português, está a assumir-se essa identificação profunda entre a Língua Portuguesa e o seu espaço cultural, que a personalidade e o génio literários de Camões souberam captar, interpretar e traduzir nos valores intemporais que caracterizam o País. É possível então falar de *Os Lusíadas* como um "livro-pátria" (na expressão de João de Melo), pois nele se encontra espelhada a identidade do Povo Português, através da sua História, de seus mitos e imaginário, expressos pela língua, que o mesmo Camões elege como um dos símbolos do *ser português*, através do qual a deusa Vénus identifica o seu povo eleito, na epopeia.

O Português é a oitava língua mais falada no mundo e a terceira, dentre as línguas ocidentais, a seguir ao Inglês e ao Castelhano

A língua configurada como espaço cultural assume contornos particularmente relevantes num país como Portugal, errante pelas sete partidas do mundo, durante cinco séculos, através das Descobertas e da expansão cultural que implicaram. Mas já antes da diáspora, durante a época medieval, o Português (e a língua galaico-portuguesa que o antecedeu) se afirmou como uma das mais importantes línguas literárias da Europa, dando expressão à lírica medieval. Para tal, muito contribuiu a acção civilizadora do rei D. Dinis, fundador da universidade portuguesa, em cujo reinado se instituiu o Português como língua oficial, sendo esse rei-poeta também um exímio trovador, como é do conhecimento geral.

A Língua Portuguesa possui uma história riquíssima e das mais interessantes entre as línguas europeias. Com os Descobrimentos, tornou-se uma das poucas línguas faladas nos continentes africano, americano e asiático, para além da Europa. Actualmente, o Português é falado por mais de 200 milhões de pessoas, em todo o mundo, sendo também a língua de diversas literaturas, para além da portuguesa, tais como a brasileira, a angolana, a cabo-verdiana e a moçambicana.

O pensador Agostinho da Silva, reflectindo sobre a missão de Portugal no mundo, outrora como no presente, identifica a Língua Portuguesa como um dos traços de união indefectível entre os povos com os quais os Portugueses contactaram, constituindo uma espécie de geografia simbólica que extravasa os limites territoriais da nossa Pátria. Diz-nos em entrevista a Victor Mendanha: *Do rectângulo da Europa passámos para algo totalmente diferente. Agora, Portugal é todo o território de língua portuguesa. Os brasileiros poderão chamar-lhe Brasil e os moçambicanos poderão chamar-lhe Moçambique. É uma Pátria estendida a todos os homens, aquilo que Fernando Pessoa julgou ser a sua Pátria: a língua portuguesa. Agora, é essa a Pátria de todos nós.*

A diversidade de territórios em que a Língua Portuguesa é falada, bem como das comunidades de falantes, geram, por um lado, uma unidade, no reconhecimento de um elo cultural comum, o da língua-mãe; por outro lado, necessariamente implicam uma diversidade interna na própria língua, facilmente reconhecível pelos ouvintes/falantes. A diversidade geográfica - mesmo dentro do actual Território Nacional - deu origem à formação de diferentes dialectos. De acordo com a classificação de Celso Cunha e Lindley Cintra, os dialectos do Português europeu apresentam-se em três grupos: os dialectos galegos; os dialectos portugueses setentrionais e os dialectos portugueses centro-meridionais.

Língua Portuguesa e Espaço da Lusofonia

A diversidade linguística do Português falado no mundo é tão grande que alguns linguistas propõem, por exemplo, em relação ao Português falado em Portugal e ao

Português do Brasil, que se considerem línguas diferentes. Todavia, não há consenso sobre esta matéria. Em sua unidade e diversidade, o Português é uma língua viva, em expansão, e é um dos traços indeléveis da presença de Portugal no mundo, unindo os grupos humanos que falam a nossa língua.

A diferenciação interna da Língua Portuguesa e seus diferentes lugares de implantação no mundo, com a sua natural evolução, deram origem, em alguns casos, à formação de crioulos - os chamados crioulos de base portuguesa, por terem o Português como língua de substrato, no que respeita ao léxico. Já do ponto de vista da sintaxe, são línguas diferentes, inicialmente muito simplificadas, com o objectivo de facilitarem a comunicação, entre comunidades multilingues, complexificando-se progressivamente. Assim, surgiram crioulos de base portuguesa em África, na Ásia e na América, cuja criação remonta ao período dos Descobrimentos. Segundo fonte do Instituto Camões, em África formaram-se os Crioulos da Alta Guiné (em Cabo Verde, Casamansa (isto é, Senegal) e Guiné- Bissau) e do golfo da Guiné (S. Tomé e Príncipe e Ano Bom); na Índia, surgiram os crioulos Indo-Portugueses e, na Malásia, os Malaio-Portugueses; e em Macau e Hong-Kong surgiram os chamados crioulos Sino-Portugueses; no Brasil, regista-se a existência de um semi-crioulo de base portuguesa, resultante de variedades dialectais afro-brasileiras – o da Helvécia; na América latina surgiram crioulos de base mista (ibérica), com substrato lexical português.

A Língua Portuguesa é o traço unificador do chamado espaço da Lusofonia, o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - o Português é a oitava língua mais falada no mundo e a terceira, dentre as línguas ocidentais, a seguir ao Inglês e ao Castelhano. Com a entrada na então CEE, em 1986, o Português passou a ser uma das línguas oficiais da União Europeia. Em 1996 foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que reúne os países de Língua Oficial Portuguesa, num espaço cultural de cooperação, com o objectivo de difundir a sua língua comum.

O Português é a língua oficial em oito países, de quatro continentes diferentes: Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Ainda em terras do Oriente, o Português é falado em Macau (cuja administração foi entregue à China em 1999) e Goa (possessão portuguesa até 1961). Para além dos Países de Língua Oficial Portuguesa, o Português é falado em diversas comunidades lusófonas em vastas regiões do mundo, nomeadamente em locais onde vivem e trabalham portugueses, como é o caso da África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Goa, Holanda, Luxemburgo, Macau, Malásia, Noruega, Porto Rico, Reino Unido, República Checa, Rússia, Suécia, Suíça, Tailândia e Venezuela.

A Língua como vínculo de Defesa Nacional

A língua constitui um vínculo importante de coesão e formação identitária de um país, de uma comunidade, em primeiro lugar por consignar o meio de expressão entre os seus membros. É um foco de irradiação de ideais, de valores, em que se revêem, no caso português, amplas comunidades humanas. A Língua Portuguesa, sendo um meio criador de identidade e unidade é, por outro lado, um meio de diferenciação cultural e política, capaz de gerar uma certa autonomia no contexto internacional.

Perante o fenómeno da globalização é, pois, necessário fazer prevalecer as idiossincrasias nacionais (e até regionais) de um país pequeno como Portugal, integrado no chamado "mundo lusófono", um espaço cultural sem fronteiras físicas. A identidade nacional, consubstanciada em parte na língua, formou-se no contacto com outros povos nos cinco continentes. Portugal está agora inserido em novos espaços económicos e diplomáticos, à escala mundial. Da antiga diáspora permanecem uma memória e uma língua. As novas tecnologias, sobretudo na área da informática, contribuirão para continuar a divulgar a Língua e a Cultura portuguesas no mundo. A afirmação da nossa cultura no mundo, como aliás de outras culturas nacionais, só pode traduzir-se em enriquecimento, desde que se verifique um intercâmbio cultural, e nunca num fenómeno de reducionismo míope ao pequeno rectângulo chamado Portugal. No espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa verifica-se uma evolução, que passa pela área da Defesa. Neste campo, são de destacar a independência de Timor, o processo democrático em Moçambique e a consolidação da paz em Angola. Portugal tem acompanhado e ajudado a desenvolver o processo democrático e a reconstrução destes países. Mas, para além das acções na área da Defesa, a consolidação de um intercâmbio frutífero entre os países da CPLP passa pela afirmação da Língua Portuguesa, que requer a realização de acordos para aprofundamento da língua e da cultura comuns, no espaço da Lusofonia. Como disse Pessoa "Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez./Senhor, falta cumprir-se Portugal!" («O Infante», in *Mensagem*). É na Língua que Portugal pode cumprir-se, pois nela encontra o seu horizonte de expansão futura.

É na Língua que Portugal pode cumprir-se, pois nela encontra o seu horizonte de expansão futura

Tenente Ana Rita Carvalho
Redactora do Jornal do Exército Mestranda em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea

Acontecimentos & Actualidades

Defesa Europeia

Em 6 de Abril de 2005, numa iniciativa conjunta do então Instituto de Altos Estudos Militares, do Instituto Português das Relações Internacionais e da Comissão Europeia, decorreu em Lisboa, naquele instituto militar, o Seminário Internacional subordinado ao tema Defesa Europeia, para o qual a Direcção da nossa Associação foi convidada.

Perante uma audiência de cerca de quatrocentos especialistas, nacionais e estrangeiros, foram abordados temas de elevada actualidade tais como: *O Conceito Estratégico Europeu*; *As Doutrinas de Intervenção*; *A Avaliação das Ameaças;* e *A Aliança Atlântica e a União Europeia*.

Os trabalhos foram encerrados pelo Ministro da Defesa Nacional.

A Direcção da AACDN fez-se representar no evento pelo Presidente, Dr José António da Silva e Sousa, pelo Vice-Presidente, MajGeneral Silveira Sérgio, e pelo Secretário da Direcção, Dr Pedro Simões. Esteve ainda presente, em representação da AACDN, o Presidente do Conselho Fiscal, MajGeneral Rodolfo Bacelar Begonha.

Apresentação de Cumprimentos ao MDN

Em 8 de Abril de 2005, a Direcção da AACDN, representada pelo Presidente e vices-presidentes, deslocou-se ao Ministério da Defesa, a fim de apresentar cumprimentos ao Ministro da Defesa Nacional, Dr Luís Amado.

Na ocasião, foi apresentado ao Ministro o *Plano de Actividades para o Ano de 2005*, que lhe despertou o maior interesse, tendo o Senhor Ministro antecipado a intenção de uma estreita colaboração com a AACDN, na defesa dos princípios que esta se propõe prosseguir.

União Europeia, hoje

Em 11 de Março de 2005, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional e pela AACDN, teve lugar no IDN o seminário subordinado ao tema *União Europeia, hoje*, com a presença do Director do Centro de Estudos da Política Europeia, Prof Doutor Ernâni Lopes.

Seminário

Em 21 de Maio de 2005, o Clube de Reflexão XXI e a Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, com a colaboração da AACDN e da Associação de Oficiais da Reserva Naval (AORN), organizaram o seminário *Para uma Visão Integrada do Conceito de Saúde. O Papel das Misericórdias*, que teve lugar no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Conferências do Castelo

No quadro do tema *Vertentes da Afirmação Nacional*, a Delegação do Porto da AACDN promoveu, com o apoio do IDN-Porto e da Universidade Católica, um ciclo denominado *Conferências do Castelo*, para debate de questões de actualidade. A primeira conferência decorreu no Castelo de S. João da Foz e as restantes no Auditório da Universidade Católica, visto o espaço no Castelo se mostrar exíguo para a afluência de interessados.

Os temas das conferências e respectivos conferencistas foram os seguintes:

Actual Situação Internacional - General Loureiro dos Santos e Embaixador Leonardo Mathias ;

O Processo de Bolonha - Prof Doutor Alberto Amaral e Prof Doutor Sebastião Feyo de Azevedo;

A Economia Portuguesa e os Novos Desafios - Prof Doutor Luís Valente de Oliveira e Dr Miguel Cadilhe;

As Ciências da Vida - Prof Doutor António Amorim e Dr Luís Portela;

Tratado Constitucional da União Europeia - Dr Paulo Rangel;

Sociedade de Informação - Prof Doutor Carvalho Rodrigues e Dr Castro Neves;

União Europeia, Novos Desafios - Prof Doutor Jorge Miranda e Prof Doutor Manuel Afonso Vaz.

Sábados Culturais

O Valor do Património Português

- **Em 26 de Fevereiro de 2005**, iniciaram-se os Sábados Culturais com a visita ao Museu da Marinha.

- **Em 12 de Março de 2005**, orientada pelo colega auditor Dr Rui Trindade, efectuou-se uma visita ao Museu Condes Castro Guimarães, do qual é o Director.

- **Em 16 de Abril de 2005**, sob a organização e orientação do Presidente da Delegação de Coimbra, Ernesto Gomes Vieira, e com a assistência esclarecedora do Prof Doutor João da Silva Pereira, foram visitadas as ruínas romanas de Conimbriga e o núcleo histórico da Universidade de Coimbra.

- **Em 3 de Junho de 2005**, alguns membros da então Direcção da AACDN deslocaram-se à Região Autónoma dos Açores, no âmbito das acções de preparação do VIII Congresso Nacional de Auditores.

A Direcção foi recebida pelo Presidente do Governo Regional, Carlos Manuel Martins do Vale César.

- **Em 14 de Maio de 2005,** ocorreu a visita ao Museu da Presidência da República.

- **Em 16 de Julho de 2005**, foi visitada a Fragata D. Fernando e Glória.

- **Em 5 de Novembro de 2005,** teve lugar a visita ao Museu Militar.

Empresas e Instituições amigas da AACDN

Visita ao Panteão Nacional

Retomando em 2006 o programa ***Sábados Culturais: o Valor do Património Português***, a AACDN levou a efeito uma visita guiada ao Panteão Nacional, Igreja de Santa Engrácia, no dia 4 de Fevereiro.

Localizado em São Vicente de Fora, o complexo da igreja de Santa Engrácia, edificado entre os séculos XVII e XX – a demora na edificação está na origem, aliás, da expressão "obras de Santa Engrácia" –, alberga os túmulos de várias personalidades da História de Portugal, por ter sido elevado à categoria de Panteão Nacional, em 1916.

Encontram-se aqui os túmulos dos Presidentes da República Teófilo Braga, Sidónio Pais e Óscar Carmona, dos escritores João de Deus, Almeida Garrett e Guerra Junqueiro, da fadista Amália Rodrigues e os monumentos evocativos de Luís de Camões, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama e do infante D. Henrique.

Trata-se de um monumento ímpar, de grande simbolismo nacional, com arquitectura de maneirismo clássico assimilado ao barroco, com planta em cruz grega, três capelas absidadas, espaço central quadrangular e quatro torres nos ângulos.

Com esta visita, visámos proporcionar, além do conhecimento de uma das jóias da nossa arquitectura e uma incursão pela História, um convívio salutar entre associados e seus familiares.

Empresas amigas da AACDN

É com prazer que verificámos que o nosso círculo de amigos, as denominadas Empresas Amigas da AACDN, tem vindo a alargar-se, sendo muito prestimosa a sua acção. Entre elas está a REN – Rede Eléctrica Nacional, SA, concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) – que cumpre em Portugal Continental uma missão de utilidade pública, da qual se destacam os seguintes objectivos:

A garantia, em cada instante , do equilíbrio entre a produção e o consumo, de forma a assegurar o fornecimento contínuo de energia eléctrica;

O transporte de energia eléctrica e o planeamento, construção, operação e manutenção da RNT;

O levantamento das necessidades de novos centros produtores, de modo a garantir, no futuro, a satisfação da procura;

A emissão de Certificados Verdes, que garantem a produção de electricidade a partir de fontes renováveis.

Muitos continuam a ser os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional que, ao longo de mais de três décadas, se notabilizaram nas mais diversas áreas: nas Artes ou nas Letras, nas Ciências ou na Educação, na Política ou na Guerra. Porque a sua acção é digna de mérito, vale a pena ficar a conhecê-los... indiscriminadamente...

UmDeCadaVez

Maria **Filomena** Guimarães Dias **d' Almeida** nasceu no Porto em 1955 e licenciou-se em Matemática Aplicada na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 1977.

Fez o Mestrado (DEA) em Análise Numérica na Universidade de Grenoble, França, e também um doutoramento de 3º ciclo, em 1980, na área de análise numérica aplicada à Economia.

Também é doutorada pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em Análise Numérica (1984), com uma tese sobre valores próprios de operadores integrais.

Desde 1979 é docente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), sendo Professora Catedrática dessa mesma faculdade desde 2000. Tem leccionado disciplinas de Álgebra Linear e Geometria Analítica, Programação de Computadores e Análise Numérica, às licenciaturas de Engenharia Mecânica e Engenharia e Gestão Industrial. Leccionou ainda outras disciplinas de Álgebra Linear Numérica, Análise Numérica e Complementos de Análise nos mestrados de Engenharia Estrutural, de Engenharia Mecânica e de Estatística Aplicada e Modelação, da FEUP. Foi presidente do Conselho Pedagógico desta Faculdade.

Como investigadora, pertence ao Centro de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (CMUP).

Os projectos de investigação em que tem estado envolvida dizem respeito ao desenvolvimento de métodos numéricos para aplicações em Engenharia e Astrofísica, nomeadamente em equações integrais e cálculo de valores próprios de operadores, e ao desenvolvimento de algorítmos e programas adaptados a computadores de elevado desempenho – computadores paralelos. Estes projectos envolvem cooperação com universidades estrangeiras, tais como a Universidade Pierre et Marie Curie (Paris 6) e a Universidade de Saint Étienne em França e a Universidade Politécnica de Valência e os laboratórios de investigação Rutherford Appleton, no Reino Unido, LBNL (Laurence Berkeley National Laboratory), nos Estados Unidos, e CERFACS (Centre Européen de Recherche et Formation Avancée en Calcul Scientifique), em França.

Actualmente, é vice-presidente do CIM (Centro Internacional de Matemática), com sede em Coimbra. É membro da Sociedade Portuguesa de Matemática, da Sociedade Europeia de Matemática e da SIAM - Society for Industrial and Applied Mathematics.

É auditora do Curso de Defesa Nacional (CDN2000) e sócia nº707/2000 da AACDN.

Novos Associados da AACDN

De Março de 2005 até à presente data

874 / 90 - Drª Mª João de Matos Leal Gonçalves Lupi
875 / 04 - Engº João António de Sousa Pereira
876 / 05 - Engº João Manuel Larroude Trigo da Roza
877 / 05 - Profª Cármen Isabel Oliveira Amado Mendes
878 / 05 - Dr. Gonçalo de Medina Figueiredo de Barros
879 / 05 - Drª Luísa Burmester Cabral de Noronha e Meneses
880 / 05 - Dr. Duarte Estrade Abecassis
881 / 05 - Dr. José Francisco Lynce Zagalo Pavia
882 / 05 - Drª Armandina Celeste Afonso Ferreira
883 / 05 - Engª Maria João Quintanilha Dias Coelho da Fonseca Pastor Fernandes
884 / 05 - Dr. Manuel Joaquim das Dores
885 / 05 - TenCor Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo
886 / 05 - Embax. António Jorge Jacob de Carvalho
887 / 05 - Engª Isabel Pinto Correia
888 / 05 - Drª Maria Elisa Oliveira
889 / 05 - Dr. Pedro Antunes de Almeida
891 / 05 - Dr. Cristina Maria Ramalho Prates Romeiro
890 / 05 - Dr Luís José Rodrigues Costa
892 / 05 - Cor João Pedro da Cruz Fernandes Thomaz
893 / 05 - Drª Susana Maria Azevedo Alvarez Pombo
894 / 05 - Drª Ana Maria da Silva Neto
895 / 05 - Drª Helena Maria Vaz da Silva Marques
896 / 05 - Dr. Carlos Alberto Rodrigues
897 / 05 - SuperInt. Leopoldo Lopes Almeida Amaral
898 / 05 - Prof Doutor Armando Teixeira Carneiro
899 / 05 - Dr. Fernando Silva e Sousa
900 / 05 - Drª Isabel Inês de Castro Corvello de Heredia e Bragança
901 / 06 - Dr. Domingos Armando Barbosa da Silva
902 / 05 - Engº Rui Manuel Vicente Dias
903 / 05 - Dr. Manuel Joaquim Clarote Lapão
904 / 05 - Ten Cor Carlos Manuel Mendes Dias
905 / 04 - Dr. Filipe Tiago de Melo Sobral Lobo d´Àvila
906 / 03 - Dr. José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
907 / 05 - Embx. Manuel Augusto Lima Amante da Rosa
908 / 82 - Dr. Rui Manuel Figueiredo de Barros
909 / 05 - Tenente Coronel António Jorge Sousa Machado
910 / 05 - Drª Elsa Mafalda Coelho de Sampaio Borges Ventura
911 / 03 - Superintendente Francisco Ascenção Santos
912 / 91 - C/Alm EMQ Luís Augusto Roque Martins.